



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DO DES. JOSÉ LUIZ OLIVEIRA DE ALMEIDA
Praça Dom Pedro II, s/n. Centro. São Luís – MA
www.joseluizalmeida.com (98)3198 4481 gabjoseluiz@tjma.jus.br

SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL

SESSÃO DO DIA 13 DE JUNHO DE 2013

Nº Único: 0003585-56.2013.8.10.0000

HABEAS CORPUS Nº 016827/2013 – São Luís(MA)

PACIENTE : Marco Antonio de Souza de Andrade
IMPETRANTE : José dos Santos Ferreira Sobrinho
IMPETRADO : Juiz de Direito da 7ª Vara Criminal da comarca de São Luís
INCIDÊNCIA PENAL : Art. 157, § 2º, I e II, do Código Penal
RELATOR : Desembargador José Luiz Oliveira de Almeida

ACÓRDÃO Nº _____

EMENTA. HABEAS CORPUS. ROUBO CIRCUNSTANCIADO. PRISÃO PREVENTIVA. ALEGAÇÃO DE FUNDAMENTAÇÃO INSUBSISTENTE. IMPOSIÇÃO DA MEDIDA EXTREMA COMO GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. ARGUMENTOS CALCADOS EM CIRCUNSTÂNCIAS GENÉRICAS QUE INVOCAM ELEMENTOS INERENTES AO TIPO PENAL. ORDEM CONCEDIDA.

1. A segregação cautelar, medida inequivocamente excepcional, deve trilhar os respectivos requisitos constantes nos arts. 312 e 313, do CPP, em cotejo com elementos concretos e evidenciada necessidade, assomados dos autos.

2. Mera alusão aos elementos ínsitos ao tipo penal, por si sós, não são capazes de justificar o decreto de prisão preventiva, por não particularizarem qualquer reprovabilidade mais acentuada na conduta do paciente.

3. A deficiência de fundamentação do decreto de prisão preventiva não pode ser suprida por ocasião das informações.

4. *Habeas Corpus* concedido.



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

GABINETE DO DES. JOSÉ LUIZ OLIVEIRA DE ALMEIDA

Praça Dom Pedro II, s/n. Centro. São Luís – MA
www.joseluizalmeida.com (98)3198 4481 gabjoseluiz@tjma.jus.br

ACÓRDÃO – Vistos, relatados e discutidos os presentes autos em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Senhores Desembargadores da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, por unanimidade e de acordo com o parecer da Procuradoria Geral de Justiça, em conceder a ordem, nos termos do voto do Desembargador Relator.

Participaram do julgamento os Senhores Desembargadores José Luiz Oliveira de Almeida (Presidente), José Bernardo Silva Rodrigues e Presente pela Procuradoria Geral de Justiça a Dra. Flávia Tereza de Viveiros Vieira.

São Luís (MA), 13 de junho de 2013.

DESEMBARGADOR José Luiz Oliveira de Almeida

PRESIDENTE/RELATOR



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

GABINETE DO DES. JOSÉ LUIZ OLIVEIRA DE ALMEIDA

Praça Dom Pedro II, s/n. Centro. São Luís – MA
www.joseluizalmeida.com (98)3198 4481 gabjoseluiz@tjma.jus.br

HABEAS CORPUS Nº 016827/2013 – SÃO LUÍS(MA)

RELATÓRIO – O Sr. Desembargador José Luiz Oliveira de Almeida

(relator): Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar, contra ato do Juízo de Direito da 7ª Vara Criminal da capital, impetrado pelo advogado José dos Santos Ferreira Sobrinho, em favor de Marco Antonio de Souza Andrade, pela prática, em tese, do crime previsto art. 157, § 2º, I, do Código Penal.

Da impetração, colho a alegação de que o paciente foi preso em flagrante pela prática da conduta delitiva encartada no art. 157, § 2º, I e II, do Código Penal, tendo a constrição cautelar sido mantida pela autoridade apontada como coatora, com fundamento na garantia da ordem pública.

Argumenta o impetrante, diante disso, que o paciente se encontra submetido a constrangimento ilegal, pois que não existem motivos ensejadores para a manutenção da custódia preventiva em espeque, *ex vi* do art. 312, do Código de Processo Penal.

Acrescenta, finalmente, que o paciente é primário, possui bons antecedentes, trabalho certo e residência fixa.

Instruiu a inicial com os documentos de fls. 25/60, destacando-se a cópia da decisão fustigada, às fls. 55/56.

A liminar foi indeferida pela decisão de fls. 66/67.

Informações prestadas às fls. 69/70, acompanhadas da documentação de fls. 71/72.

A Procuradora de Justiça Flávia Tereza de Viveiros Vieira, em parecer conclusivo, às fls. 78/84, opina pela denegação da ordem, por entender que o magistrado de primeiro grau demonstrou, motivadamente, a imperiosa necessidade da constrição provisória.

É o sucinto relatório.



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DO DES. JOSÉ LUIZ OLIVEIRA DE ALMEIDA
Praça Dom Pedro II, s/n. Centro. São Luís – MA
www.joseluizalmeida.com (98)3198 4481 gabjoseluiz@tjma.jus.br

Voto – O Sr. Desembargador José Luiz Oliveira de Almeida (relator):

Cuida-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado pelo causídico José dos Santos Ferreira Sobrinho, em favor de Marco Antonio de Souza de Andrade, contra ato do MM. Juiz de Direito da 7ª Vara Criminal da comarca de São Luís. Preliminarmente, conheço do presente *writ*.

Conforme relatado, o cerne argumentativo da impetração diz respeito à carência de fundamentação do decreto de prisão preventiva, cujos argumentos, segundo o impetrante, resumem-se à inexistência dos motivos ensejadores da medida extrema.

Em sede prefacial, não vislumbrei, *prima facie*, a ilegalidade apontada na exordial.

Sucedede que, agora, em aprofundamento cognitivo, pude observar que a decisão que decretou a prisão preventiva do paciente, de fato, carece de argumentação idônea, com base em elementos concretos. Explico-me, doravante.

A decisão que decretou a constrição cautelar do paciente está assim redigida (fls. 55/56), *verbis*:

[...]

Na situação em exame e após analisar as circunstâncias em que a prisão foi efetuada, não vislumbro possível sua liberdade provisória, **levando em consideração que a Ação ilícita, teria sido praticada com emprego de violência e grave ameaça por meio de uso de arma de fogo, segundo relato da testemunha (ainda que a arma não tenha sido apreendida), sendo necessária a sua prisão como garantia de ordem pública.** Diante das condições acima e das circunstâncias em que o fato foi praticado, como já enfocado, não me parece razoável a concessão da liberdade provisória, nem o relaxamento da prisão, nem muito menos a imposição de medidas cautelares previstas no artigo 319 do CPP, por entender estas inadequadas à proteção da sociedade, pelo que converto a prisão em flagrante em prisão preventiva, nos termos do artigo 310, II, do CPP (para garantia da ordem pública) e determino a expedição do respectivo mandado de prisão preventiva contra o indiciado



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

GABINETE DO DES. JOSÉ LUIZ OLIVEIRA DE ALMEIDA

Praça Dom Pedro II, s/n. Centro. São Luís – MA
www.joseluizalmeida.com (98)3198 4481 gabjoseluiz@tjma.jus.br

MARCO ANTONIO DE SOUZA DE ANDRADE, antes qualificado, que deverá tomar ciência do mesmo. Esclareço que ele está custodiado no Centro de Triagem, segundo consta dos autos.

[...]

(destacamos)

Como se depreende do excerto acima transcrito, a fundamentação para a clausura forçada consiste, tão somente, no emprego de violência e grave ameaça por meio de arma de fogo.

Nas informações de fls. 69/70, o juízo dito coator confirma a decisão acima, e acrescenta o seguinte, sobre a necessidade da medida, *litteris*:

[...]

Consta nas folhas do auto de prisão em flagrante que o paciente, juntamente com seu companheiro, empreenderam fuga do local saindo o paciente na garupa da mencionada moto, quando o motoqueiro, que os seguiu travou luta corporal com o garupa, sendo que este puxou o gatilho de arma, porém a mesma não disparou, tendo o comparsa do paciente fugido do local, e a arma do crime não foi encontrada.

[...]

Pois bem.

É consabido que a prisão preventiva deve guardar sintonia com obrigação jurídico-constitucional de motivação das decisões, mormente por representar a mais violenta forma de coação estatal, marcada pela excepcionalidade, por não estar embasada na certeza jurídica proveniente de uma condenação transitada em julgado.

Disso resulta que o decreto de prisão preventiva deve, sempre, estar fincado em **elementos concretos**, que evidenciem, o quanto bastem, a necessidade indelével da medida extrema, atendendo aos pressupostos do *fumus comissi delicti* e do *periculum in libertatis*, contidos nos arts. 311 e 312, do CPP.



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DO DES. JOSÉ LUIZ OLIVEIRA DE ALMEIDA
Praça Dom Pedro II, s/n. Centro. São Luís – MA
www.joseluizalmeida.com (98)3198 4481 gabjoseluiz@tjma.jus.br

No caso vertente, entendo que as considerações do magistrado de primeiro grau acerca da conduta do paciente refletem a própria previsão típica do crime de roubo circunstanciado pelo uso de arma.

Tal sorte de ideias exprime, apenas e tão somente, a conduta abstratamente prevista no tipo penal, sem qualquer *plus* de reprovabilidade, baseada em elementos concretos.

Nesse aspecto, necessário alertar que a observação trazida à lume nas informações prestadas por ocasião desse *writ*, sobre a tentativa de fuga do paciente, luta corporal com a vítima com disparo frustrado da arma, não foram devidamente expostas, nesses exatos termos, na decisão ora objurgada, não sendo lícito ao magistrado, por ocasião das informações, suprir a deficiência de fundamentação do decreto de prisão preventiva.

Em situações análogas, o STJ não vem admitindo que a fundamentação insuficiente do decreto de prisão preventiva, ou indeferimento do pleito de liberdade provisória, seja suprido pelo Tribunal. Assim:

[...] 2. A motivação empregada pelo Tribunal a quo para denegar a ordem na impetração originária não é apta a suprir a deficiência de fundamentação do decreto de prisão cautelar. [...]¹

No mesmo norte, em acórdão paradigmático, que engloba todas as matérias aqui tratadas:

[...] 1. O acórdão não pode suprir eventual ausência de fundamentação do despacho que indefere a liberdade provisória.
2. A vedação legal de concessão de liberdade provisória aos acusados de tráfico de entorpecentes não afasta a obrigatoriedade de demonstrar a necessidade da segregação cautelar do agente, nos termos do artigo 312 do Código de Processo Penal.

¹ HC 78.525/SP, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, QUINTA TURMA, julgado em 18/12/2007, DJe 10/03/2008.



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

GABINETE DO DES. JOSÉ LUIZ OLIVEIRA DE ALMEIDA

Praça Dom Pedro II, s/n. Centro. São Luís – MA
www.joseluizalmeida.com (98)3198 4481 gabjoseluiz@tjma.jus.br

3. A superveniência de sentença não afasta o constrangimento ilegal decorrente da prisão preventiva carente de fundamentação, se não forem apontados dados concretos que justifiquem a prisão cautelar. [...]²

Desta forma, forçoso reconhecer na hipótese, divergindo do opinativo ministerial, que a prisão preventiva carece, sim, de argumentação idônea, embasada em elementos concretos, que justificassem sua imposição. Nesses termos, sua revogação é de rigor.

Não é demais ressaltar que nada impede que a autoridade impetrada venha a expedir nova ordem constritiva contra o paciente, desta feita concretamente fundamentada.

Com essas considerações conheço do presente *habeas corpus*, para, em desacordo com o parecer da Procuradoria Geral de Justiça, conceder a ordem, determinando a imediata soltura do paciente, se por outro motivo não deva permanecer preso, servindo esta decisão, desde já como alvará para esta finalidade.

É como voto.

Sala das Sessões da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Maranhão, em São Luís, 13 de junho de 2013.

DESEMBARGADOR José Luiz Oliveira de Almeida

RELATOR

² HC 137.880/SP, Rel. Ministro CELSO LIMONGI (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/SP), SEXTA TURMA, julgado em 05/08/2010, DJe 23/08/2010.